

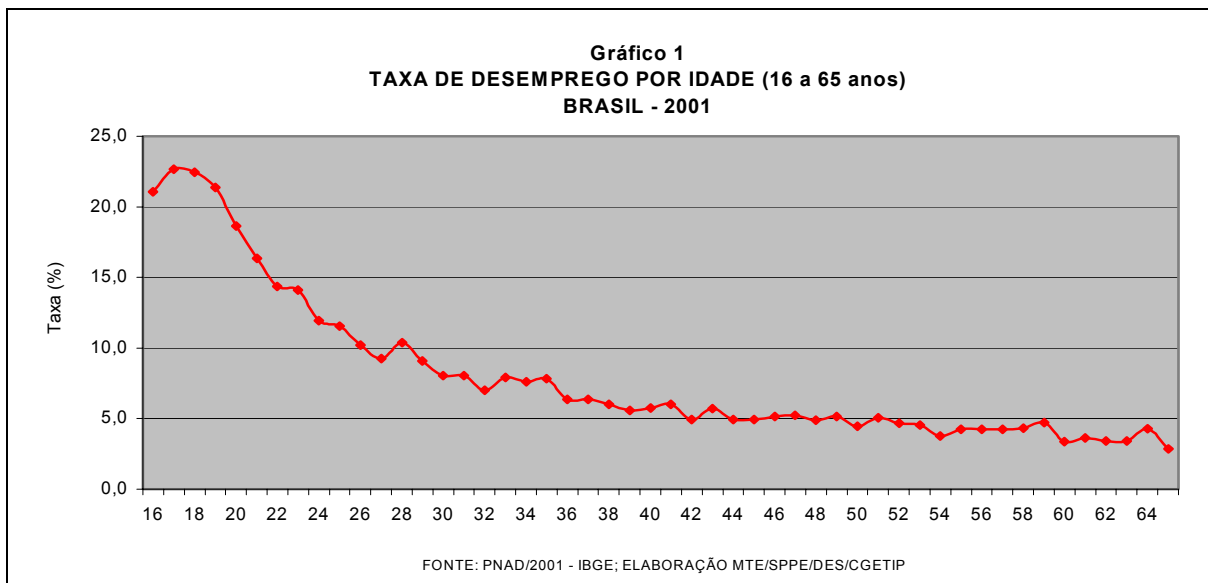
O Desemprego dos Jovens Diagnósticos e Políticas Públicas

Carlos Alberto Ramos¹

1. O objetivo desta Nota é realizar algumas considerações teóricas sobre o desemprego dos jovens, apresentar certos números que ilustrem esse fenômeno e esboçar certas Políticas Públicas que possam ajudar a reduzir o problema.
2. Antes de iniciar a nossa discussão em termos analíticos, convém lembrar que os problemas associados ao emprego/desemprego dos jovens não é uma singularidade do Brasil. No país, efetivamente, parece existir uma estreita correlação, negativa, entre idade e taxa de desemprego. Ou seja, na medida em que a idade aumenta, o percentual de pessoas desocupadas cai (ver Gráfico 1). Se esse problema (taxas de desemprego particularmente elevadas entre os adolescentes e jovens adultos) é tão generalizado e perpassa diferentes economias e arranjos institucionais do mercado de trabalho, quais são as causas desse fenômeno?² Vamos tentar, muito sinteticamente, apontar as principais variáveis que são comumente assinaladas na literatura como associadas ao desemprego dos jovens.

¹ / Professor do Departamento de Economia, UnB.

² / O desemprego dos jovens é uma singularidade que caracteriza a quase totalidade das economias, inclusive as de maior desenvolvimento relativo. Entre os países da OCDE, o problema chega a ser particularmente grave nos países do Sul da Europa (Espanha, Portugal, Itália e Grécia), sendo de menor magnitude nas economias Nórdicas (exceto Finlândia), na Áustria, Alemanha, Luxemburgo e EUA. Observemos que tanto os países com mercados de trabalho pouco regulamentados (como os EUA) ou muito regulamentados (como nos países Nórdicos, Áustria e Alemanha) a questão do desemprego dos jovens não é crítica. Ou seja, a questão do desemprego dos jovens não está na regulamentação ou não do mercado de trabalho. Voltaremos sobre este ponto nos próximos parágrafos.



3. Em termos muito gerais, o desemprego dos jovens é a manifestação dos custos (econômicos e sociais) da transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho³. Quanto menos fluída for essa transição maiores serão esses custos (taxa de desemprego elevada). Essa, contudo, é uma caracterização muito genérica e, nos próximos parágrafos vamos tentar identificar com mais detalhe os fatores que podem afetar essa transição.
4. Em primeiro lugar devemos mencionar a especificidade das habilidades adquiridas no sistema escolar. Desde outra perspectiva: os indivíduos tendem a sair do sistema escolar com habilidades e conhecimentos muito genéricos. Transformar essas habilidades e conhecimentos genéricos em habilidades e conhecimentos específicos a fim de que possam ser valorados ou utilizados na empresa não é uma tarefa trivial e só se pode realizar mediante a experiência. Esta é, logicamente, uma hipótese mas com fortes evidências internacionais. Nos Países Nórdicos e na Alemanha, por exemplo, o desemprego dos jovens é muito reduzido (chega a ser menor que para outras faixas etárias) decorrente, justamente, de que parte de sua formação escolar é realizada no “chão de fábrica”⁴. O exemplo já clássico é a Alemanha, país no qual, devido a tradições que se remontam à Idade Média, existem espaços de formação compartilhados entre as empresas e o sistema escolar (disciplinas são cursadas nas empresas e estas podem dar certificados de conclusão das mesmas). Nesse contexto, a transição

³ / Aqui nos restringimos à dimensão econômica e à social. A transição é mais ampla, dado que inclui fatores de cunho individual, transição entre a adolescência e a vida adulta, com importantes desdobramentos, como a saída da casa dos pais, a formação de uma outra família, etc.

⁴ / Sistema que, na literatura, se conhece como “Dual” (formação na empresa e na escola). Além da Alemanha, em países como a Dinamarca, Suíça, Luxemburgo e Áustria também se caracterizam por ter um sistema educativo com esse perfil.

entre sistema escolar e mundo do trabalho apresenta muito menos atritos, fato que se traduz em menores taxas de desemprego entre os jovens. Contrariamente, nos países do Sul da Europa, a educação recebida no sistema escolar é mais generalizada, com pouca interrelação escola/empresa, fato que tende a reduzir a sincronização entre a educação recebida (muito abstrata e generalista) e os conhecimentos e habilidades requeridos pelas ocupações nas firmas. Países como França, Espanha e Itália, particularmente marcados pelo desemprego jovens, vêm se esforçando por estabelecer relações mais estreitas entre as empresas e a escola, porém a institucionalidade não chega a adquirir a mesma profundidade que no sistema dual.

5. Uma segunda variável está vinculada às referências ou antecedentes. Aqui estamos diante do popular círculo vicioso: não encontra trabalho porque não tem experiência e não tem experiência porque não encontra trabalho. Aqui a questão não está necessariamente vinculada à formação ou conhecimentos específicos senão às referências ou antecedentes. Existem certas características dos indivíduos (honestidade, assiduidade, pontualidade, vícios, etc.) que não têm uma associação linear com a formação (seja ela geral ou específica) e que poderão ser identificados, pelo empregador, no transcurso da relação trabalhista. Os indivíduos que não possuem essas referências ou antecedentes apresentam uma desvantagem com respeito aos que os possuem. Como a acumulação de referências e antecedentes acompanha a idade, é natural que os jovens tenham desvantagens na concorrência pelas vagas que são abertas e o correlato natural são taxas de desemprego mais elevadas entre essa população.
6. Um terceiro fator geralmente mencionado quando se analisa o desemprego dos jovens diz respeito ao pouco conhecimento que esses indivíduos têm do funcionamento do mercado de trabalho. Desse modo, as formas de procurar trabalho, os lugares nos quais procurar, a forma de se comportar, etc. é uma aprendizagem e os custos se traduzem em maiores dificuldades de encontrar os postos de trabalho desejados e, quando encontrados, de ocupar as vagas, dada a desvantagem com relação aos indivíduos de maior idade.
7. Um quarto aspecto está vinculado à indefinição do próprio jovem quanto as suas aspirações. Ele egressa do sistema escolar sem muito conhecimento sobre o mundo do trabalho, as perspectivas que as diferentes alternativas de inserção lhe podem oferecer e sem muita certeza sobre seus próprios gostos. Assim, esses primeiros anos de sua vida ativa se podem caracterizar pela rotatividade, a fim de acumular conhecimentos sobre o funcionamento do mercado de trabalho e amadurecer suas preferências profissionais. Essa maior rotatividade, logicamente, se traduzem em maiores taxas de desemprego.

8. Continuando em um nível muito abstrato, e antes de concentrarmos nos números, vamos introduzir mais três elementos para caracterizar melhor o desemprego jovem.
9. Em princípio, a elevada taxa de desocupação entre os jovens parece contra-intuitivo. Com efeito, podemos identificar um elemento que contribuiria para o emprego dos jovens e está vinculado ao padrão tecnológico. Além dos aspectos eminentemente técnicos, o atual padrão tecnológico se caracteriza pela rapidez nas mudanças. Os homens e mulheres, na medida em que vão passando os anos, vão paulatinamente reduzindo a sua flexibilidade em geral (novas formas de comportamento, novas formas de produção e interação nos grupos humanos, etc.) e a capacidade para adquirir novos conhecimentos (especialmente diante de mudanças no paradigma tecnológico ou de conhecimento). Esse fato, de cunho biológico, favoreceria os jovens no contexto de um padrão tecnológico que se caracteriza pela enorme rapidez nas suas mudanças. Contudo, no caso do Brasil (ainda que não na maioria dos países), a idade parece ser um “protetor” contra o desemprego. A desocupação entre a população adulta ou próxima da aposentadoria não parece ser uma situação que mereça Políticas Públicas específicas (ver Gráfico 1)⁵.
10. Um segundo elemento refere-se à educação como “proteção” contra o desemprego. Vimos no parágrafo anterior que a idade seria uma “proteção”. A pergunta que nós queremos colocar agora é: a escolaridade será um protetor contra o desemprego jovem? A pergunta é pertinente devido, em parte, a argumentos que desenvolvemos nos parágrafos anteriores. Segundo um argumento mais ou menos popular, o novo padrão tecnológico requereria níveis de escolaridade elevados (ou, ao menos, superiores aos requeridos no antigo paradigma taylorista-fordista). Como a população mais jovem apresenta níveis de escolaridade mais elevados que a população adulta, ela teria, teoricamente, maior probabilidade de ocupar as vagas disponíveis (especialmente os postos de trabalho caracterizados pelo novo padrão tecnológico dominante)⁶. Se esses argumentos fossem corretos (e veremos posteriormente que a relação entre educação e desemprego é muito mais complexa), a educação seria uma “proteção” contra o desemprego, dado que, quanto mais educado o indivíduo maiores seriam as chances de encontrar trabalho.
11. O terceiro fator que desejamos mencionar está vinculado com o anterior e diz respeito à importância da formação geral e da específica. Como afirmamos anteriormente, uma das origens do desemprego jovem estaria na carência de formação específica (aqueles conhecimentos

⁵ / Estamos falando de específicas para essas faixas etárias e não que a população adulta não deva ser objeto de Políticas Públicas de Emprego.

⁶ / Segundo dados da PNAD/2001, em média, a PEA entre 16 e 24 anos tem 7,77 anos de estudo, entretando aquela com 16 ou mais apresenta 6,87 anos (Fonte: PNAD/2001. Elaboração Própria).

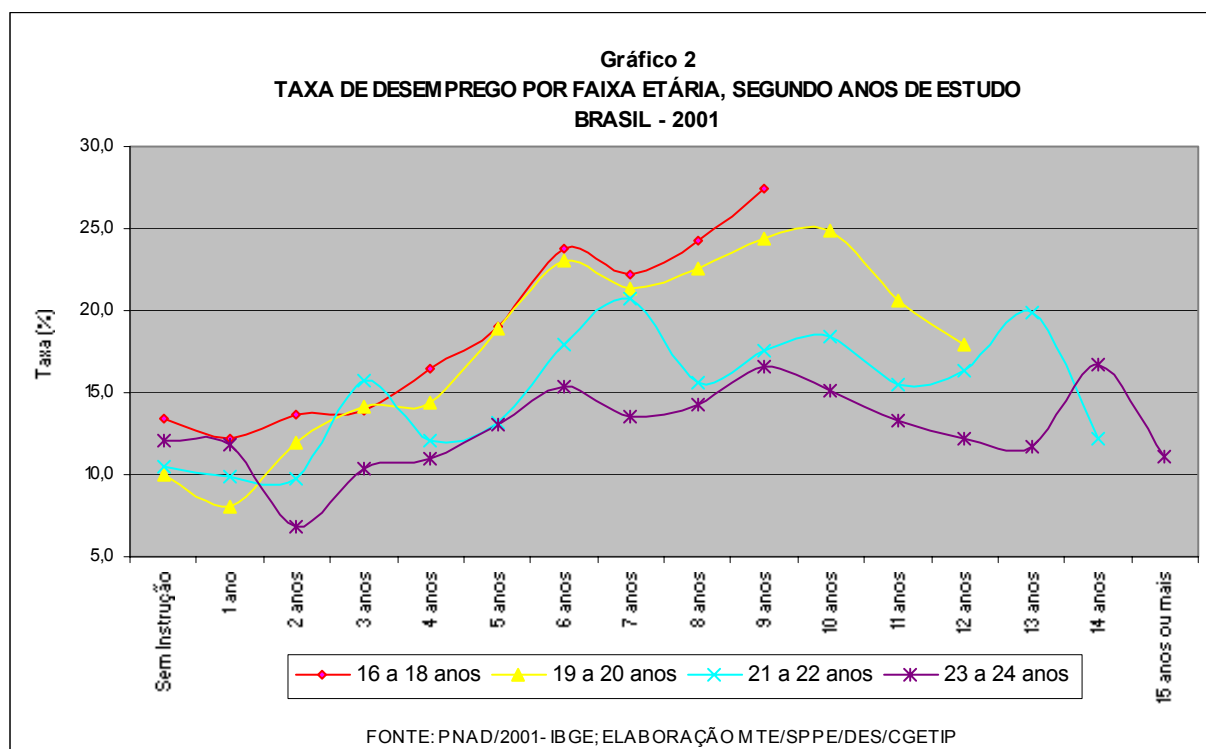
requeridos pela ocupação). Contudo, se o padrão tecnológico se caracteriza pelas rápidas mudanças, a formação geral deveria ganhar importância (visto que os conhecimentos específicos perderiam rapidamente sua pertinência). Sob outra perspectiva: o mercado deveria valorizar mais a capacidade de adquirir novos conhecimentos ou dominar novas técnicas e não o domínio de uma técnica em particular. Nesse sentido, os jovens teriam vantagens, dado uma vez que teriam maior flexibilidade, tanto por uma questão biológica (ter menos anos) como por apresentar mais anos de estudo.

12. Por último, seria importante agregar elementos sociais à análise. O ponto que queremos mencionar é: será que os jovens oriundos de famílias de menores rendimentos vêm potencializados os efeitos negativos dessa transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho? Em outros termos, considerando todas as outras condições iguais, será que o contexto social no qual está inserido um jovem altera suas chances de encontrar emprego?⁷
13. O marco geral que sintetizamos nos parágrafos anteriores não esgota as variáveis associadas ao problema do desemprego dos jovens, mas nos possibilita pautar uma discussão e subsidiar o desenho de Políticas Públicas. Nos próximos parágrafos veremos em que medida esse marco geral nos permite interpretar os dados disponíveis.
14. O mais pertinente é começar pela educação tendo em vista que nos caracterizamos o problema do desemprego jovem como sendo a manifestação do custo de transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho.
15. Nessa perspectiva, a primeira pergunta pode ser: será que mais anos de estudo protegem contra o desemprego? Se a resposta fosse positiva, poderia ser um resultado que pudesse pautar futuras políticas públicas. Esta suposição não é esdrúxula, já que em muitos países o alongamento da permanência dos jovens no sistema escolar foi uma política amplamente utilizada⁸. Lamentavelmente, a resposta é negativa: a escolaridade parece não ser uma variável que proteja contra o desemprego (ver Gráfico 2). Em realidade, no caso do Brasil, a relação entre taxa de desemprego e escolaridade parece apresentar uma forma de U invertida. A maior taxa de desemprego se observa entre a PEA de

⁷ / Como veremos nos próximos parágrafos, as relações entre educação, desemprego e ambiente social são bem mais complexas que o intuitivamente esperado.

⁸ / Na Espanha, por exemplo. Em realidade, estender o período de permanência dos jovens no sistema escolar é uma Política de Emprego Passiva, dado que tende a reduzir o desemprego diminuindo a PEA. No caso do desemprego não se originar na escolaridade dos jovens, uma medida como essa só irá postergar o problema, visto que em algum momento esses jovens serão PEA (iniciarão sua vida ativa) e terão que ter vagas, caso contrário o desemprego voltará a elevar-se. Em geral, como tendência mundial, se constatam dois fenômenos: alongamento da fase de transição (maior permanência no sistema escolar, maior permanência muitas vezes produto das próprias dificuldades de inserção) e diversidade de formas de inserção.

escolaridade média. No caso dos jovens, a taxa de desemprego se eleva até atingir máximos entre os 9-10 anos de escolaridade, para só depois iniciar uma tendência descendente. Em outros termos: as taxas médias de desemprego dos jovens com escolaridade média são largamente superiores a daqueles que são analfabetos. Assim, a escolaridade dos jovens pode ser justificada por outros motivos (crescimento de longo prazo, democratização das oportunidades para ocupar os bons postos de trabalho que são criados, exercício de sua cidadania, etc.) mas os dados não permitem afirmar que uma maior permanência dos jovens no sistema escolar vai reduzir a taxa de desemprego⁹.



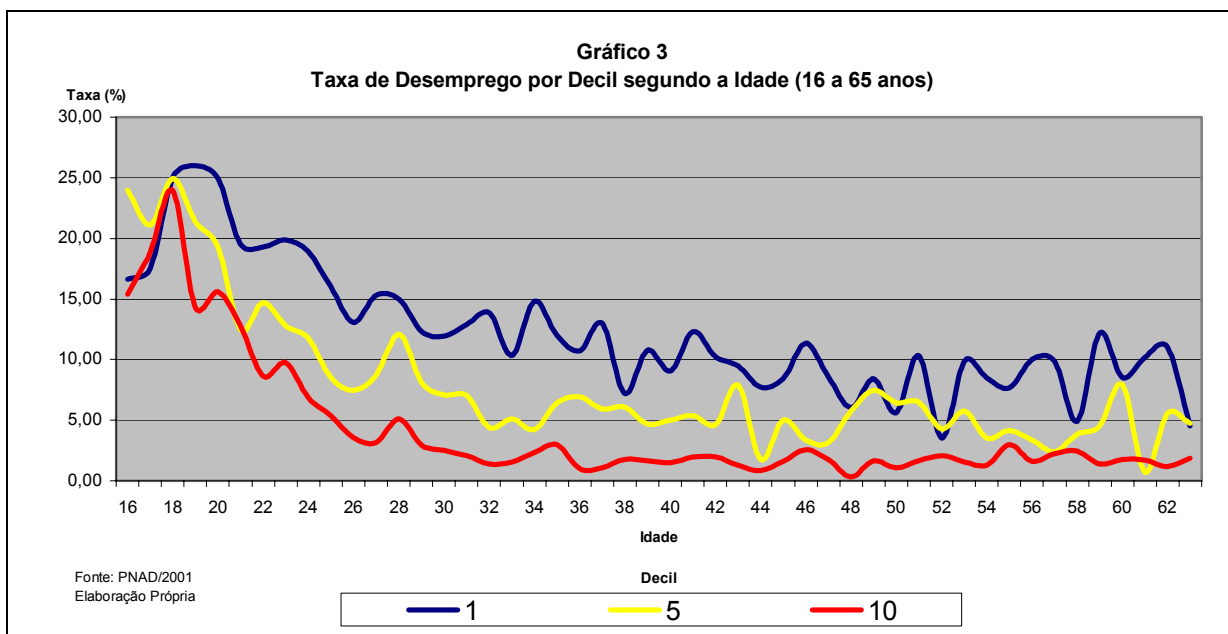
- 16.** Dessa forma, as Políticas Públicas deveriam ter como eixo os problemas de transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho e não o nível absoluto de estudos. No caso específico do Brasil, se o objetivo é reduzir a taxa de desemprego dos jovens, a alternativa não parece passar pelo nível absoluto de educação, não obstante os benefícios que este possa ter em outras dimensões. Uma melhor articulação entre a escola e as empresas (estágios, realização de disciplinas nas próprias firmas, alternância entre a formação teórica na escola e a formação nas empresas, etc.) é uma alternativa que merece ser explorada. Por algum motivo, todas as considerações intuitivas e teóricas referentes ao novo paradigma tecnológico que colocariam a educação como “protetora” do desemprego, que sumariamente resenhamos nos parágrafos anteriores,

⁹ / Voltamos a afirmar que pode ser reduzida, no curto prazo, devido a uma queda na PEA mas não permite reverter o problema do desemprego jovem no longo prazo.

não parecem pertinentes no caso do Brasil. Segundo os dados da PNAD, em média, um jovem de 20 anos com um ano de estudo apresenta uma taxa média de desemprego de 8,8%, mas, com 10 anos de estudo, o percentual de desemprego é de 25%¹⁰ (ver Tabela 1 - anexo).

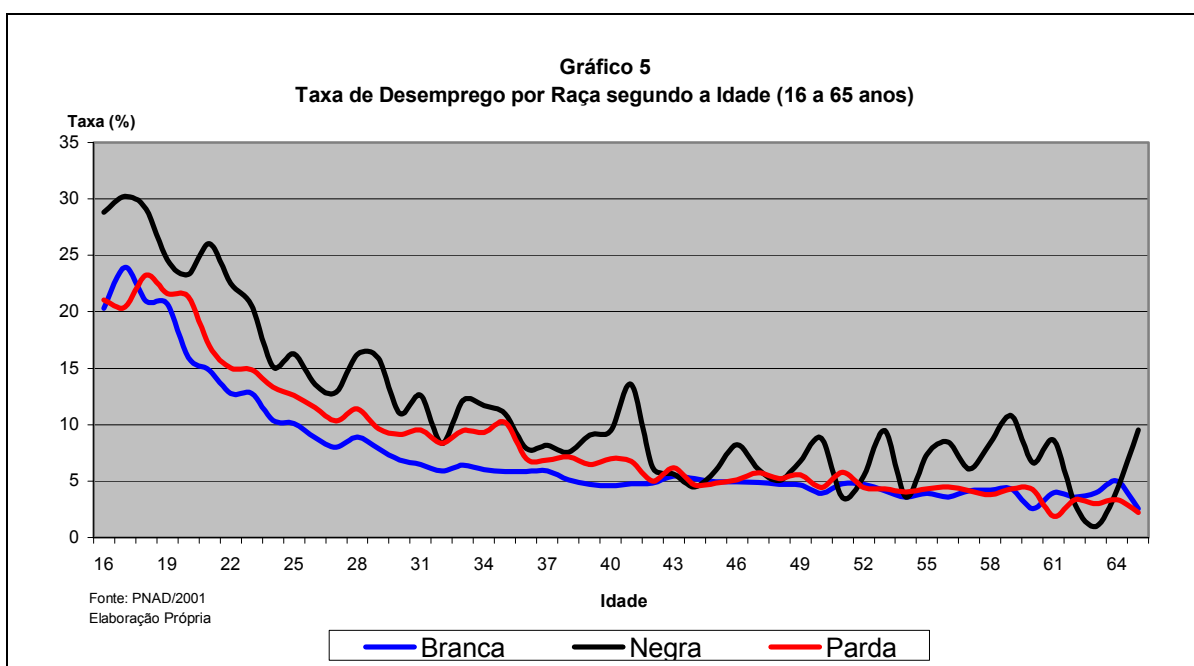
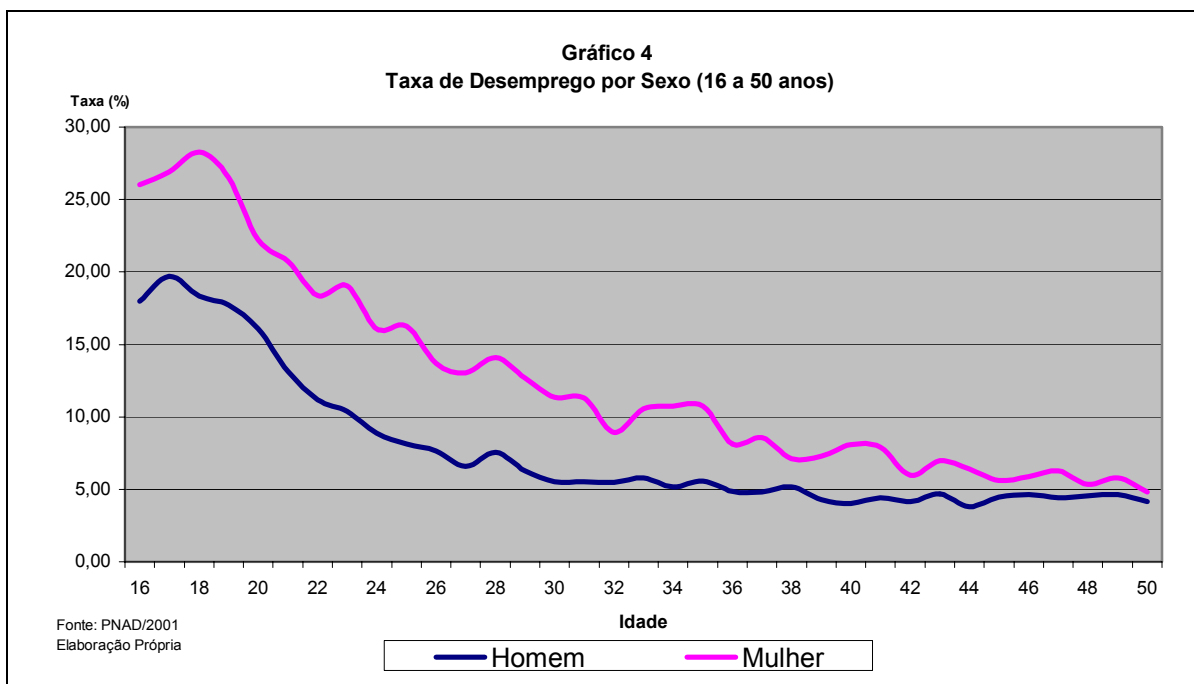
17. Relativizada a variável educação, passemos ao aspecto social. Nessa dimensão, os dados parecem ser, também, eloqüentes. Se dividirmos a população por decil da renda familiar per cápita, a taxa de desemprego média dos jovens (16 a 24 anos) do primeiro decil é de 20,85%, atinge um máximo no segundo decil (22,27%) para iniciar uma tendência de queda mais ou menos linear finalizando com 12% no décimo decil. (ver Tabela 2 - anexo).
18. Uma atenta leitura dos dados nos induz a concluir que a transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho apresenta mais atritos nos setores mais vulneráveis da população (ver Gráfico 3). Vejamos os números. A idade de 18 anos é um momento chave na vida de um indivíduo, haja vista que, na maioria dos casos, marca essa passagem. Para essa idade, a taxa média de desemprego é de 25,04% para o primeiro decil e de 23,94% para os jovens do décimo decil. Ou seja, muito próximas. Contudo, quatro anos depois (aos 22 anos) a taxa média de desemprego para os indivíduos do primeiro decil é de 19,30% e para os jovens do décimo decil de 8,63%. Agora o diferencial é dramático. Fazendo uma caricatura podemos imaginar o seguinte cenário. Quando saem do sistema escolar (mais ou menos aos 18 anos), todos os jovens encontram sérias dificuldades em se inserir no mercado de trabalho e a taxa de desemprego chega a níveis elevadíssimos (25%). Contudo, os indivíduos que convivem em ambientes de rendas elevadas rapidamente se integram e quanto menor o nível maior a dificuldade de sua integração. Aqui, justamente, reside o problema. Na medida em que essa integração econômica e social via mercado de trabalho é difícil, a integração via circuitos sociais marginais (tráfico de drogas, prostituição, etc.) é mais provável e a reversão mais difícil.

¹⁰ / PNAD/2001. Elaboração Própria.



- 19.** Introduzir outras variáveis de cunho social que, potencialmente, poderiam nortear o desenho de Políticas Públicas é factível. Vamos tratar das duas mais usuais: gênero e raça (Gráficos 4 e 5). Em todos os casos se observa o mesmo fenômeno geral: não importa o gênero ou raça, a medida em que a idade aumenta a taxa de desemprego cai. Observamos as maiores taxas de desemprego entre os jovens, fato que induz a concluir que o problema da transição não é específico de um determinado sexo ou raça¹¹.

¹¹ / Logicamente, dessa afirmação não se pode concluir que os dois sexos e as raças tem o mesmo patamar de desemprego. Os percentuais de desocupação entre as mulheres é superior ao dos homens e os brancos são os que registram as menores taxas de desemprego, sendo as mais elevadas as observadas entre os indivíduos de raça negra. Contudo, em todos os casos a trajetória do desemprego segundo a idade é muito similar (ver os Gráficos). Nesse sentido, os problemas dos jovens parecem similares, afirmação que não implica em negar a necessidade de Políticas Públicas específicas para mulheres e negros. por exemplo.



- 20.** Antes de iniciar a nossa discussão gostaríamos de nos deter sobre o aspecto da regionalização das Políticas. Em um país com a extensão territorial do Brasil, a heterogeneidade é uma das singularidades que devem ser incorporadas. A eficiência e eficácia das Políticas Públicas passam por adequação das mesmas às singularidades de cada região devido ao fato de que as médias nacionais, por esconder uma enorme variabilidade regional, podem não ser representativas. Em termos de taxas de desemprego dos jovens, por exemplo, a média nacional de 17,8% oculta um máximo de 32,1% no estado do Amapá e um mínimo de 8,5% em Santa Catarina (ver Tabela 3 - anexo). Contudo, esse

diferencial não nos permite concluir que o desemprego do jovem (sua especificidade) seja mais importante em Amapá que em Santa Catarina, dado que a taxa de desemprego no primeiro estado (para toda a população) pode ser muito maior que no segundo. Assim, o relevante é calcular em que medida (percentual) a taxa de desemprego dos jovens é superior à média para a totalidade da população. Nesse sentido, concluímos que a Paraíba parece ser a UF com maiores problemas específicos dos jovens (sua taxa de desemprego é 122% superior à média para toda a população) e a menor Roraima, estado no qual os jovens registram percentuais de desemprego 45% superiores à média da população.

- 21.** Em termos de Políticas Públicas, as nossas conclusões são:
- a) o centro das atenções deve estar focado na transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho;
 - b) as políticas públicas devem privilegiar os jovens oriundos dos menores decis da distribuição de renda, que são os que apresentam as maiores dificuldades na sua inserção. A focalização social deveria restringir-se nesse seguimento da população. Não parecem existir problemas específicos de transição entre o sistema escolar e o mundo do trabalho entre as mulheres e os negros ou pardos.
 - c) as Políticas Públicas não deveriam ter um desenho nacional. Só as grandes linhas deveriam ser imaginadas centralmente. Os problemas de transição parecem ser muito mais agudos em certos estados.
- 22.** Além dessa perspectiva geral, a experiência internacional é extremamente diversa. Como a quase totalidade dos países enfrentam problemas vinculados ao desemprego jovem e, em maior ou menor medida, muitos deles adotaram políticas específicas além da geral que acabamos de mencionar (facilitar a transição entre a escola e a vida ativa).
- 23.** Uma das alternativas das políticas muito utilizada consiste em “flexibilizar” a legislação trabalhista no caso das firmas empregarem jovens (especialmente no primeiro emprego). Essa “flexibilização” pode adquirir diversos tipos: reduzir os encargos sociais, facilitar os contratos em tempo parcial ou temporários, etc. Essas medidas foram adotadas tanto por países que mantêm um mercado muito regulamentado e não o flexibilizaram (como a Suécia, Holanda, etc.) como por outros nos quais a desregulamentação do mercado de trabalho foi muito importante (como a Espanha).

24. Essas medidas para incentivar o emprego dos jovens (especialmente o primeiro emprego) mediante a “flexibilização focalizada” da legislação trabalhista ou a “redução focalizada” dos custos, sempre foi objeto de muito debate e a avaliação de seus resultados conflitiva. Com efeito, sempre existem as dúvidas do peso morto (contratações que de qualquer forma se realizariam e que agora gozam de subsídios) ou de substituição de mão-de-obra (desliga-se um indivíduo adulto para contratar um jovem, devido a seu menor custo-menores encargos sociais). Assim, os resultados deste tipo de iniciativas é uma questão em aberto.
25. Um dos pontos mais polêmicos do debate que muito sinteticamente mencionamos no parágrafo anterior refere-se aos custos dos jovens. Um argumento usualmente esgrimido diz respeito aos salários dos jovens. Devido à incerteza sobre suas habilidades e conhecimentos específicos (pontos que mencionamos em parágrafos anteriores) muitos países (França, Bélgica, Portugal e Espanha, por exemplo) reduzem os custos (redução dos encargos sociais) de contratação dos jovens. Um ponto corriqueiramente levantado está relacionado ao suposto impacto (negativo) do salário mínimo sobre os emprego dos jovens. O argumento seria mais ou menos o seguinte. Salários Mínimos elevados, devido à pouca experiência e referências dos jovens, induziriam as firmas a contratação de indivíduos de maior idade. Os dados do Brasil (Tabela 4 -ver anexo) não parecem confirmar esses argumentos. Os salários médios dos jovens entre 16 e 24 anos, admitidos no primeiro emprego, é muito superior ao salário mínimo. Dados da RAIS indicam que, em média, o salário dos jovens nessa faixa etária e no primeiro emprego foi de 2 salários mínimos em 1995 e de 1,86 SM's em 2001. Ou seja, o valor do salário mínimo não parece ser de tal magnitude que possa ser identificado como sendo uma das variáveis que explique o elevado desemprego dos jovens no Brasil. As remunerações médias as quais são contratadas os jovens são muito superiores ao valor do SM.(ver Tabela 4 - anexo).
26. Outro ponto que talvez possa merecer uma atenção em termos de Políticas Públicas diz respeito aos setores que empregam mais jovens com carteira (16 a 24 anos e primeiro emprego). Os dados da RAIS indicam que, em média, 12,67% das admissões no setor formal do mercado de trabalho-assalariados com carteira de trabalho assinada (ano de 2001) são de jovens no primeiro emprego. Ou seja, um percentual não negligenciável. Encontramos um mínimo de 5,98% na Construção Civil e um máximo no Comércio 18,68%. Contudo, a partir desses dados, não podemos imediatamente concluir que o emprego no Comércio deve ser incentivado dado que é o setor que emprega, em termos relativos, mais jovens sem experiência. O emprego de jovens poderia estar sendo utilizado como uma forma de reduzir salários substituindo mão-de-obra adulta. Esta é só uma hipótese, porém plausível. Contudo, pode estar sendo a “porta de entrada” dos jovens no mercado de trabalho. Nesses setores, que empregam muita mão-de-

obra jovem que está ingressando no mercado de trabalho, podem ser os espaços nos quais os jovens adquirem as “credenciais” (referências, socialização, etc.) e os conhecimentos específicos que elevarão suas chances de ocupar postos de trabalho de melhor qualidade.

- 27.** Uma política muito utilizada nos países da OCDE (Suécia, Holanda, etc.) a criação direta de empregos no Setor Público para ocupar jovens sem experiência é corriqueira. No Brasil, essa alternativa pode ser difícil e originar controvérsia. Contudo, a relação entre admitidos no primeiro emprego de 16 a 24 anos e admitidos totais apresenta a menor relação (ver Tabela 5 - anexo), justamente, nos setores nos quais o Estado é o agente principal: Administração Pública e Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP's). Nesse sentido, as contratações do Estado poderiam privilegiar (mediante alguma pontuação, por exemplo) os jovens sem experiência. Ou seja, não criar empregos para eles, a fim de reduzir sua taxa de desemprego, mas, sim, privilegiá-los nas contratações.
- 28.** Por último, a importância do primeiro emprego jovem no total de admissões formais apresenta marcada diversidade regional (ver Tabela 6), fato que confirma a necessidade de regionalizar as Políticas Públicas. De um máximo de 23,51%, em Roraima, a um mínimo de 10,82%, em Rio Grande do Sul, a variabilidade que observamos nos dados reforça a necessidade de que as Políticas Públicas sejam pautadas por diagnósticos regionais ou estaduais, dado que médias nacionais podem ser pouco representativas.
- 29.** Resumindo. Os dados sugerem que:

 - a) As Políticas Públicas direcionadas a reduzir o desemprego jovem devem ter como eixo tornar a transição entre o sistema escolar e o mundo do mercado de trabalho mais flexível, um ponto que já mencionamos;
 - b) outras alternativas (contratos temporários e contratos a tempo parcial, redução dos encargos trabalhistas, etc.) devem merecer um debate mais amplo, dado que não existem resultados conclusivos a respeito e geram amplo debate;
 - c) as Políticas Públicas devem ser regionalizadas. Só os grandes eixos devem ser definidos centralmente. O perfil concreto que venham a adquirir e o leque de opções que contemplem devem ser definidas nas regiões e localidades.

ANEXO